

Governo admite ampliar a moratória

○ País não admite pressões dos bancos credores e pode estender a organismos oficiais, como o BID e o Banco Mundial, a suspensão do pagamento dos juros.

O governo só vai admitir o pagamento simbólico de uma parte dos juros retidos com a moratória se houver um franco progresso na renegociação com os bancos e se as reservas o permitirem. Além disso, o pagamento simbólico não poderá ultrapassar US\$ 100 milhões, embora os credores estejam exigindo US\$ 40 milhões.

Se essas duas condições não forem satisfeitas e as negociações permanecerem em setembro em compasso de espera, poderá ser examinada a conveniência de uma ampliação da moratória, com a extensão ao Banco Mundial, ao BID e aos governos credores da suspensão do pagamento dos juros. Isso porque o mais importante para o País é assegurar a manutenção de um nível razoável de reservas, correspondente a pelo menos três meses de importações.

A reiteração dessa estratégia tornou-se necessária, segundo uma qualificada fonte da área econômica, em razão da manifestação do comitê de bancos, na semana passada, insinuando que o pagamento simbólico deverá corresponder a pelo menos 25% do total dos juros retidos, e que ele terá de ser feito independente de qualquer outra condição.

Através dos canais adequados, a reação do governo foi imediata e os principais banqueiros de Nova York passaram o fim de semana digerindo a resposta do governo, que pôde caracterizar um endurecimento, mas que é explicada na área econômica como a simples reiteração das propostas feitas recentemente nos Estados Unidos pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Motivos

Segundo a fonte oficial, não é por simples capricho que o governo decide não abrir mão de reservas, a despeito dos resultados positivos da conta comercial, gerando superávits mensais acima de US\$ 1,0 bilhão. O fato — explica — é que, embora tenha suspenso o pagamento de US\$ 4,3 bilhões de juros, os compromissos que o País honrará este ano no Exterior são ainda superiores a US\$ 8,8 bilhões, significando que não haverá acréscimo substancial de reservas, mesmo que o superávit comercial se aproxime dos US\$ 9,0 bilhões.

A fonte lembra que pelo menos US\$ 3,0 bilhões correspondem ao custo da dívida de curto prazo (as linhas comerciais e interbancárias que somam cerca de US\$ 10,0 bilhões), cujo serviço cresceu depois da moratória, quando os bancos decidiram encurtar os prazos e alongar os **Spreads** pontualmente pagos pelo Brasil.

Além do pagamento de US\$ 1,1 bilhão ao FMI, há ainda quase Cz\$ 2 bilhões de juros e principal ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de uma parcela da dívida junto aos governos credores (Clube de Paris) que também deverá ser honrada. Afora isso, há ainda as transferências para o Exterior incluídas na conta de capitais, inclusive desinvestimentos, recursos que se juntarão às demais transferências financeiras, formando um volume bem próximo do superávit comercial estimado.

Palco ideal

Embora a alternativa do confronto seja formalmente negada pelo governo, e nenhum funcionário que atua na área de negociações esteja autorizado a mencionar a questão, informalmente cada vez mais se fala na hipótese, inclusive no Palácio do Planalto. A extensão da moratória seria decidida também num contexto político interno e externo.

Internamente o presidente Sarney poderia reverter a impopularidade do seu governo, e externamente poderia ser ativada a frente política que está sendo formada com os oito países do grupo de Cartagena, cinco dos quais — Argentina, Brasil, México, Peru e Venezuela — enfrentam, em maior ou menor grau, problemas com seus credores.

De qualquer forma, o palco ideal para a exposição de uma decisão de endurecimento seria o plenário da assembleia geral conjunta do Banco Mundial e do FMI, programada para a última semana de setembro, em Washington.